

Uma história africana para africanos: uma análise sobre o Mutaji em Angola

Rosa Isabel Macuia da Silva 

Resumo

O presente trabalho de investigação, tendo como tema “uma História africana para africanos” consubstancia-se num artigo científico na disciplina da “Historiografia Africana”, que tem como objetivo descrever a historiografia africana onde destacou-se a influência que a colonização teve e tem na escrita da história de África. Procuramos Identificar as melhores vias para fazer a história africana que beneficia em primeiro lugar o africano, isto é, utilizando mecanismos próprios para que estas obras estejam ao alcance do leitor africano, deixando assim de parte os ideais das teorias do norte, ou seja, pensar como do Sul e escrever como do Sul, sejam africanos ou não.

Palavras-Chave: África, Angola, Historiografia.

An african story for africans: an analysis of Mutaji in Angola

Rosa Isabel Macuia da Silva

Abstract

The present research work, with the theme "African History for Africans" is based on a scientific article in the discipline of "African Historiography", which aims to describe the African historiography where the influence that colonization has had and has in the writing of the history of Africa. We seek to identify the best ways to make African history that benefits the African in the first place, that is to say, using its own mechanisms so that these works are within reach of the African reader, thus leaving aside the ideals of theories of the north, that is, to think as southern and write as southern, whether African or not.

Keywords: African, Angola, Historiography.

Introdução

A disciplina ou o conjunto de disciplinas a que se chama estudos africanos certamente não terão o mesmo significado na África e no Ocidente. Na África, fazem ou deveriam fazer – parte de um projeto mais vasto: conhecer-se a si mesmo para transformar. Os estudos africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros setores do conhecimento científico. Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas direta ou indiretamente determinada.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo no âmbito da Historiografia Africana, que teve como objetivo, criar as diretrizes sobre como escrever uma História africana para africanos. Neste texto, procuramos identificar os Focos dos Estudos Africanos, a oralidade em África a partir de um estudo de caso: o Mutaji em Angola

Uma história africana para africanos

Uma boa parte da História africana escrita antes da independência, foram feitos pelos próprios colonizadores, muitas vezes com o objetivo de satisfazer os seus interesses, e não do colonizador. O faziam com um “olhar do Norte”. Há que se reconhecer, que mesmo depois da independência dos países africanos, uma boa parte da escrita da História de África escrita, muitas vezes recorreu aos documentos coloniais quando necessário, porque quer queiramos quer não, a colonização já faz parte da nossa História do nosso passado.

Após as independências dos países africanos, uma boa parte da História de África, está associada aos movimentos de libertação, e temos vindo a notar grande mudança no que concerne aos escritos da História de África, tanto de escritores africanos, como escritores não africanos que escrevem a História de África, despindo-se de todos os preconceitos possíveis de teorias do norte e olham os problemas do sul e escrevem como do Sul e vivem os problemas do Sul.

Há que repor a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive. Há que tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar à África proceder a uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como das discussões e interrogações desenvolvidas noutras paragens. Uma apropriação que deve ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento. No

que concerne a esta temática analisa que:

De um lado, existiram os investigadores obcecados com a busca da pureza etnológica, do fato inalterado e miraculosamente conservado na sua “primitividade” ou, ainda, aqueles que, exclusivamente ávidos de especulação teórica, reflectem sobre o destino das civilizações ou sobre a origem das sociedades; de outro, havia os investigadores envolvidos numa multiplicidade de investigações práticas, de âmbito restrito, contentando-se com um empirismo cómodo que não ultrapassa o nível de uma técnica. (NASCIMENTO, 2016, p.149, *apud* BALANDIER 1951)

Focos dos Estudos Africanos

Os estudos africanos, já não devem ser feitos para beneficiar só os ocidentais, eles devem ser feitos para a melhoria ou contributo do desenvolvimento da África, os estudos africanos devem ser feitos para beneficiar os próprios africanos:

Muita das vezes, tendemos a investigar temas que são do interesse, antes de mais, de um público ocidental. A maioria dos nossos artigos é publicada em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África. Neste sentido, a nossa actividade científica é extravertida, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas. O uso exclusivo de línguas europeias como veículo de expressão científica reforça esta alienação. A maior parte dos nossos compatriotas vê-se de facto excluída de qualquer tipo de discussão sobre os resultados da nossa investigação, uma vez que nem sequer entende as línguas usadas. A pequena minoria que as entende, porém, sabe que não é o primeiro destinatário, mas apenas, se tanto, testemunhas ocasionais de um discurso científico primordialmente destinado a outros. Falando sem rodeios, há que dizer que os académicos africanos têm participado, até agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões horizontais com outros académicos africanos. (TAIWO, HOUNTONDJI, 1993, p.2006)

Os estudos africanos devem ser feitos com o objetivo de beneficiar primeiro o próprio africano, porque é o próprio africano que muitas vezes serve como mediador pra o historiador chegar a sua história, a sua cultura, por isso os estudos africanos devem ser feitos tendo em conta os seguintes objetivos: devem ser escritos em línguas africanas; é preciso viver a realidade africana com profundidade, isto é, não fazer estudos isolados; em suma, fazer um estudo africano para o africano.

Portanto, até que ponto os estudos africanos podem ser considerados estudos africanos de facto? Por exemplo, por história africana entende-se normalmente o discurso histórico sobre a África, e não necessariamente um discurso histórico proveniente de África ou produzido por africanos... Muitas vezes, os estudos de África, têm sido visto do lado de fora,

uma interpretação de quem vê a África da forma que quer ver a África, ou seja, criam uma realidade Histórica de África que muitas vezes não tem nada a ver com a nossa realidade, o que seria diferente caso o estudo fosse feito pelos próprios africanos que tem uma visão diferente da sua própria realidade, ou seja, fazer de facto um estudo africano desprovido de qualquer preconceito.

A oralidade na África

Um tema que muito chama atenção nos debates das aulas de “Historiografia Africana” foi sobre a “pirâmide invertida”, este tema leva todos intelectuais africanos e não só, a começarem escrever sobre a África, começar a ter interesse sobre o que é, e observar ao redor, quase tudo que o africano faz no seu quotidiano pode ser história, tudo que pode ser escrito para ser deixado para as futuras gerações, uma História desprovida das ideias do Norte, não queremos dizer que em alguns casos não faremos recursos a estas fontes deixadas pelos colonizadores, no caso, fontes escritas, não temos como negar esta realidade porque afinal de contas foram quinhentos (500) anos de colonização e é impossível esquecer ou apagar tudo que se viveu na altura.

Um fato que chamou muita atenção nas aulas de campo de Arqueologia, foi aquando a presente investigação no município da Matala, comuna de Capelongo que pertence a província da Huíla, a pesquisa tinha como objetivo, fazer um levantamento dos monumentos e sítios do município, e surpreendentemente, nos apercebemos que após a independência, alguns populares inocentes e com raiva da colonização, queimaram alguns documentos da administração, destruíram ou apagaram e estão a apagar até agora os escritos dos marcos do governo Português, outros ainda construíram por cima dos sítios, enfim, é muita coisa, que se não intervirmos cedo, ainda perdemos um passado que embora colonial, ainda muito nos interessa porque feliz ou infelizmente é o pouco que nos resta devido o desaparecimento das fontes primárias.

Doravante, tratava-se de escrever a História dos povos de África, longe do binómio colonizador-colonizado, afastando-se o mais possível da historiografia colonial, excepto quando esta fornecia argumentos favoráveis á superioridade africana... Uma História que se vai concentrar nas mudanças sociais, na contribuição africana, na resistência ao colonialismo e no conceito de iniciativa local. O desafio da Arqueologia que nos permitiria a todos dar ou não a razão a escola da pirâmide invertida continua intacto. (LOPEZ (2008, p. 26)

Esta corrente da inferioridade continua a dominar uma larga parte da historiografia sobre a África feita por não africanos. Como nos diz Hountondji, outro importante filósofo

africano, é preciso desmistificar a africanidade, reduzindo-a a um fenómeno, e retirando-lhe, pois, a carga mítica. É preciso esmorecer a argumentação sobre a africanidade para permitir uma análise nova do papel de ciência como a História ou a Antropologia em África.

Diante de toda esta situação, colonizador-colonizado, como podemos escrever a História de África? Será que devemos cruzar os braços só porque não podemos nos apoiar piamente aos documentos coloniais sob pena de sermos fortemente influenciados? A resposta com certeza é subjetiva, mas uma das formas que devemos recorrer para escrever a história de África é a oralidade. Sim ela mesma, porque mesmo os próprios documentos colônias antes de ser escritos passou pela oralidade, ou senão alguém primeiro pensou e só depois escreveu estas ideias no papel para que hoje nos servisse de documentos escritos.

Há que se ter o cuidado de não cair no erro de escrever uma história de África com um olhar do norte, por isso é necessário viver os problemas africanos de perto, estar no terreno, interagir fazendo uma observação participativa, interagindo com as próprias culturas para só depois escrever a história de África desprovida de qualquer preconceito.

Cada sociedade, tem alguém responsável que cuida da História da comunidade, independentemente do local. Por isso, quando vamos fazer um trabalho de campo, devemos procurar estas pessoas responsáveis em guardar a História da comunidade, só eles nos podem muitas vezes ajudar a confrontar algumas fontes tanto escritas como materiais.

Entende-se que todos os povos têm uma História, tanto oral quanto escrita. A diferença, é que muitas das vezes, devido mesmo a tal complexidade das sociedades, algumas estão mais inclinadas para a oralidade e outras para a escrita. Isto não quer dizer que torna uma sociedade mais forte que a outra.

São muitos os desafios que podemos encontrar ao fazermos o uso da oralidade, são fontes que normalmente os métodos usados levam muito tempo, porque não baste apenas recolher informações, é preciso observar e se necessário participar. Durante um trabalho de investigação científica, observou-se um ritual pré nupcial que muito chamou atenção. O mutaijǐ⁹⁷ que é o primeiro passo que a família do noivo dá para um provável futuro casamento. Altuna (2006, p.320) entende acerca do noivado bantu o seguinte:

O noivado bantu deve ser situado dentro do contexto sócio religioso dos grupos que desejam o casamento dos seus membros. Preenche um tempo de conversações, negociações e convênios entre ambos já que desejam estabelecer uma aliança matrimonial que embora fundada num contrato, assenta sobretudo num acordo amistoso, numa promessa e numa aceitação. Este período de preparação para o casamento costuma-se dividir em três tempos. O primeiro compreende as conversações entre os dois grupos sobre a convivência do casamento, costumes e qualidades dos dois jovens, capacidade de trabalho, docilidade, defeitos. (ALTUNA, 2006, p.320).

Para os *tucokwe* do Luena, o primeiro período para a preparação do casamento é o

⁹⁷ aceite

mutaijî, que é um elo de compromisso que numa primeira fase tem como objetivo criar laços familiares entre as famílias dos noivos. A sua importância e o seu valor simbólico são visíveis para aqueles que participam desta cerimónia. Para o cokwe, passar por esta cerimónia significa estar inserido dentro da cultura e da sua comunidade.

Durante um tempo, observou-se as atividades culturais dos povos tucokwe do Luena, e chamou atenção a cerimónia do mutaijî. Para este estudo, tivemos de fazer recurso a oralidade, já que há escassez de fontes escritas e materiais e também uma observação participativa. Cabe salientar que utilizaremos pseudônimos E1, E2, E3 para preservar a identidade dos entrevistados.

E1: Mutaijî, é um gesto simbólico, mediante o qual uma das partes (família do noivo) compromete-se ou aceita estabelecer um laço matrimonial com uma determinada pessoa segundo o tribunal costumeiro ou rituais de cada região, ou seja, é um gesto simbólico mediante o qual as famílias estabelecem laços e afirmam “contrato”. (E1, 2018).

E2: Mutaijî é tornar uma mulher pertença de um determinado homem, é um elo de uma futura união matrimonial, é o primeiro passo para o casamento. (E2, 2018)

E3: O mutaijî, é o primeiro passo que o jovem dá, e que tem como objetivo tomar a kaphophó⁹⁸, a partir do momento que o ato acontece, a família do jovem toma a responsabilidade da mulher em causa, tudo que há de vir será da inteira responsabilidade do jovem (em caso de gravidez). (E3, 2018)

A entrega do Mutaiji

Para este tipo de cerimônias, todos os objetos a serem entregues tem um significado importante para a vida do futuro casal, que normalmente estão sempre ligados a prosperidade, fertilidade e outros.

Nesta cerimónia são entregues objetos como: Caneca, colher ou prato kende lhea kanha⁹⁹ cabaça, enxada machado, panela, tudo que pertença a família do marido. Mas fruto da globalização, estes objetos anteriormente entregue têm sido substituídos bebidas alcoólicas e não só, por valores monetários que normalmente variam de família a família, que muitos deles alegam que o mais importante ali é o valor simbólico, razão pela qual, o valor a ser dado não tem sido a família da noiva a estipular, mas sim a família do noivo é que cria a incitativa de dar o valor que lhes compete. Segundo eles, há casos em que a família dá apenas cinco kwanzas¹⁰⁰, o que importa é o valor simbólico e não a quantidade. Isto de certo modo tem sido um rompimento a própria cultura e que se não se tomar medidas corre-se o risco de se perder este

⁹⁸ Tomada de responsabilidade

⁹⁹ tabaco

¹⁰⁰ unidade monetária de Angola

ato tão importante. A partir do momento que a cerimônia do mutaijé é consumada, a mulher passa ser pertença daquele homem que a ocupou. (E1, 2018)

No parágrafo anterior, notamos o rompimento da cultura, o que antes era entregue na cerimônia do mutaijé, no caso a caneca, a colher, o prato kende lhea kanha¹⁰¹ cabaça, enxada machado, panela, tudo que era pertença a família do marido, hoje em dia é substituído por outros objetos, por outro lado, deve ser pelo fato da forte influência da globalização, muitas das vezes estes objetos tem sido difíceis de serem achados, por outra, se antigamente, a enxada por exemplo era entregue para incentivar a vida agrícola do futuro casal, hoje as coisas já não são assim, a sociedade não depende totalmente da agricultura, ou seja, nem todos são agricultores, então para que dar enxada num casal que muitas vezes nem sabe fazer o uso da mesma? Então, no lugar da enxada é dado algo que na verdade possa ser útil a futura família, que no caso tem sido valores monetários.

E, tal como aprendemos nas aulas de “Historiografia Africana”, a tradição é viva, ela precisa mudar, se não morre ou fica no esquecimento. Portanto, entregar dinheiro no lugar de cabaça ou enxada, não significa que houve troca de cultura, mas sim que a tradição mudou, ficou atualizada e que a cultura atual é entregar o dinheiro, porque não é o objeto dado que muda a cultura.

Muitas vezes quando se vai ao terreno, nos deparamos com uma forte mistura de cultura e com informações que muitas das vezes nos podem fazer confundir o objeto da investigação. Porém, é preciso manter sempre a calma e saber analisar as fontes, procurar com exatidão o fundo da questão. Por isso, tal como debatemos nas aulas de “Historiografia Africana”, quando formos investigar no terreno, não devemos nos preocupar em procurar objetos que estejam ligados ao passado, porque podemos não encontrar, ou seja, porque muitas vezes dentro daquela sociedade moderna que se está a estudar, podemos encontrar informações do passado que procuramos, e para que isto seja possível, é necessário fazer um estudo exaustivo para saber separar as coisas e entender quais são as razões da “substituição da cultura”. A pergunta que se segue é: Será que não se pode confiar ou dar credibilidade aquela cultura só porque modernizou? Será que as fontes são seguras só por serem orais?

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder a oralidade a mesma confiança que se concede a escrita quando se trata do testemunho de fatos passados. Entendemos não ser esta maneira de se colocar o problema. O testemunho seja escrito ou oral, no fim, não é mais que testemunho humano e vale o que vale o homem. (HAMBATÉ BÂ, 2010, p.168)

No decorrer da presente investigação, deparamos com situações que faziam duvidar

¹⁰¹ tabaco

das fontes por ser oral. Muitas vezes corremos este risco quando estamos no terreno porque verifica-se sempre que a oralidade pode sim facilmente sofrer algumas alterações. Mais a pergunta que se segue é: Não faz a oralidade nascer a escrita tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo, foram o cérebro dos homens. Tal como diz Hambaté Bâ (2010), antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo narra.

Nada prova a priori que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração. Por isso, quando se vai ao terreno, corremos sempre o risco de termos uma informação não muito fiel da real situação a ser estudada, porque por mais tempo de observação que o historiador levar, na mesma só teremos uma visão muito parcial das coisas porque há sempre segredos que são guardados a sete chaves e que só os iniciados ou até mesmo as pessoas preparadas é que possuem tais informações.

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído a verdade em uma determinada sociedade. Em suma, a ligação entre o homem e a palavra. (HAMBATÉ BÂ, 2010, p.170).

Por isso quando se vai fazer um trabalho de campo, independentemente do carácter do trabalho, é necessário primeiro localizar os tradicionalistas, ou seja, os “mais velhos” da região, ou até mesmo pessoas iniciadas para nos passar as informações. Nas sociedades orais a memória é mais desenvolvida, a ligação entre o homem e a palavra é mais forte, onde não existe escrita, o homem está ligado a palavra que profere.

Nas sociedades onde não há escrita, o que une a tal sociedade é a palavra, visto que antigamente bastava apenas uma palavra para se assinar um contrato. Hoje, isso vai sendo ultrapassado ou substituído pela escrita.

Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem á sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana. Uma vez que se liga ao comportamento quotidiano do homem e da comunidade, a cultura africana não é algo abstracto que possa ser isolado da vida. Ela envolve uma visão particular do mundo, concebido como um todo onde todas as coisas se religam e interagem. (HAMBATÉ BÂ, 2010, 169).

O que a África tradicional mais preza é a herança ancestral. O apego religioso ao património transmitido exprime-se em frases como “aprendi com meu pai” “aprendi com meu mestre” “foi o que segui no seio de minha mãe”(HAMBATÉ BÂ, 2010.p. 175)

Para os tucokue do Luena, a transmissão oral tem sido muitas das vezes em forma de provérbios visto que eles são resultados de uma convivência que resultou em uma experiência

boa ou má. Por isso nas suas falas diárias dizem sempre *catchoke cambile ngó*...ou seja, o *cokwe* diz assim ou dizemos assim...tudo isso tem passado de geração a geração, de pai pra filho, e de outros modos. Para o povo *cokwe*, há quase provérbio pra tudo, tentam sempre enquadrar um acontecimento a seus provérbios como ponto de partida para explicar as suas vivências.

O que mais me preocupa, é a falta de interesse dos jovens nestes provérbios, muitas das vezes é por desconhecimento da língua local, e por isso torna difícil a compressão e posterior. Para as tradições orais tudo que acontece no seu cotidiano é história recitação, e em outros casos, acham aqueles provérbios banais e por isso não recitam porque acreditam que foram inventados sem nenhum fundamento. Porque tem sido raro ouvir um jovem falar os provérbios, e quando acontece muitas vezes tem sido em português, deturpando o verdadeiro sentido do provérbio.

De maneira geral, os tradicionalistas foram postos de parte, senão perseguidos pelo poder colonial, que naturalmente, procurava extirpar as tradições locais a fim de implantar suas próprias ideias. (HAMBATÉ BÂ, 2010, p. 177). *Hambaté bâ* (2010, p. 183) afirma ainda que:

A educação tradicional, sobretudo quando diz respeito aos conhecimentos relativos a uma iniciação, liga-se á experiência e se integra a vida. Por esse motivo, o integrador europeu ou africano, está fadado a deter-se nos limites do assunto, a menos que aceite viver a iniciação correspondente as suas regras, o que pressupõe no mínimo o domínio da língua. Pois existem coisas que não “se explicam”, mas que se experimentam e se vivem. (HAMBATÉ BÂ, 2010, p. 183).

De fato, quanto a ida ao terreno, o investigador pode deparar-se com algumas restrições por parte de quem está passar a informação. Muitas das vezes não é porque nos querem esconder a informação, mais sim pelo simples fato de não ser daquela comunidade, nos tornamos “suspeitos” para eles, em outros casos é mesmo o medo de passar a informação pra alguém que numa primeira fase o veem como um desconhecido, e por outra, a segredos ou mesmo verdades que se tem o privilégio ou o direito de saber um iniciado. Por isso algumas informações para serem obtidas têm que passar pela iniciação.

No caso do investigador não se mostrar disponível para participar da iniciação de que é submetida e continuar a ser persistente em querer aceder uma certa informação, então cria-se uma mentirinha que os é “por na palha¹⁰²”. Portanto, para fazer à história o investigador muitas das vezes tem que viver a realidade histórica da comunidade que está a estudar, despindo-se de todos os códigos culturais anteriormente trazido, só assim, poderá ter a chance

¹⁰² Que consiste em enganar uma pessoa com alguma história improvisada quando não se pode dizer a verdade, foi inventada a partir do momento em que o poder colonial passou a enviar os seus agentes ou representantes com propósito de fazer pesquisas etnológicas sem aceitar viver sob condições exigidas (HAMBATÉ BÂ, A. 2010, p.184)

de conhecer a veracidade dos fatos.

Conclusão

Desta feita, depois de um estudo não menos importante sobre a temática, à guisa de conclusão é a seguinte: África ainda tem muito a dar concernente a sua história, porque tudo que o africano faz é história. Deve-se aproveitar o máximo possível de todas as fontes disponíveis para escrever a história africana e evitar o máximo se possível for as ideologias coloniais, para não estar girar no mesmo círculo. Então, será de esperar que os acadêmicos não-africanos contribuam para a resolução dessas questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico.

Referências

- HOUNTONDI, P. J. **Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre estudos africanos**. 2008.
- HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: Ki-ZERBO, J (coord.). **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.
- LOPEZ, C. **A pirâmide invertida-historiografia africana feita por africanos**. In: Actas do colóquio construção e ensino da história da África. Lisboa: Linopazas, 1995.
- NASCIMENTO, V. A. do. Nas entranhas do contato: notas sobre Antropologia e Colonialismo. **Revista Ñanduty**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 147-166, jul. 2016. ISSN 2317-8590. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5355/2764>>. Acesso em: 28 dez. 2018

Biografia Resumida

Rosa Isabel Macuia da Silva: Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCEDE-HUÍLA). Estudante do mestrado do Ensino da História da África, promovida pelo instituto Superior da Educação da Huíla, edição 2018.

Contato: rosamacuiadasilva25@gmail.com